

MULATO NOS DICIONÁRIOS DE PORTUGUÊS OU SOBRE O QUE UMA PALAVRA PODE CONTAR DA MESTIÇAGEM NO BRASIL

Rogério Modesto¹

Resumo: Neste texto, apresento uma análise do verbete mulato em dicionários de língua portuguesa, datados entre os séculos XIX e XX. A análise é feita com base nos pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas e da Análise de Discurso que se orienta por uma perspectiva materialista. A partir da análise do verbete em questão, busquei recuperar o debate brasileiro em torno da noção de mestiçagem, noção cara à discussão em torno da identidade do Brasil e do brasileiro. As conclusões apontam para o fato de que diferentes vertentes teóricas sobre a mestiçagem parecem comparecer espelhadas nos dicionários de língua portuguesa. Nesse sentido, tanto a ideia de que o mulato é o “mestiço brasileiro” ou o “verdadeiro brasileiro” quanto a ideia de que este só pode ser aceito socialmente se o elemento branco sobressair na formação de sua identidade cultural se fazem presentes.

Palavras-chave: Mulato; Mestiçagem; Dicionários; História das Ideias Linguísticas; Análise de Discurso.

MULATTO IN PORTUGUESE DICTIONARIES OR WHAT A WORD CAN TELL ABOUT MISCEGENATION IN BRAZIL

Abstract: In this paper, I present an analysis of the entry “mulatto” in Portuguese language dictionaries dated from the 19th and 20th centuries. The study is based on the History of Linguistic Ideas and Discourse Analysis theories, from a materialistic point of view. Analyzing the word in question, I sought to recover the Brazilian debate on the notion of miscegenation, which is substantial for the discussion around the identity of Brazil and the Brazilian people. The conclusions indicate that different theoretical branches on miscegenation seem to be reflected in Portuguese language dictionaries. In this regard, both the notion that the mulatto is the “mixed Brazilian”, or the “real Brazilian”, and the idea that it can only be socially acceptable if the individual’s white portion stands out in the cultural identity formation are present.

Keywords: Keywords: Mulatto; Miscegenation; Dictionaries; History of Linguistic Ideas; Discourse Analysis.

¹ Doutor em Linguística (UNICAMP). Professor do Departamento de Letras e Artes da UESC. E-mail: roger.luid@gmail.com

Introdução

A mestiçagem sempre inquietou o Brasil. Entre o incômodo e o fascínio fetichista, o debate sobre a mestiçagem brasileira mobilizou, no curso da nossa história, uma gama de saberes orientados pelo atravessamento de diferentes discursividades². Do direito à medicina, da literatura à antropologia, da história à filologia e à linguística ou mesmo nas possíveis relações abertas por e nessas áreas, um sem fim de curiosos(,) cientistas e intelectuais tentaram, especialmente na passagem entre os séculos XIX e XX (momento em que mudanças sociais e políticas empurram o Brasil para a construção de uma identidade cada vez mais apartada da identidade europeia-portuguesa), definir quem é o brasileiro, qual a sua identidade, suas características próprias. De muitos modos, boa parte dessas perguntas sequer imaginaram poder escapar ao mestiço e à mestiçagem.

Na introdução de *O povo brasileiro*, ainda nas suas primeiras linhas, Darcy Ribeiro (2006, p. 17) chama atenção para o acontecimento no qual “matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo”. Novo é o adjetivo escolhido para marcar o surgimento de «[...] uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos» (RIBEIRO, 2006, p. 17).

Se essa é a compreensão que abre uma das principais obras da literatura antropológica brasileira do século XX³, uma ideia que, a sua

2 Um bom estudo resumitivo e introdutório sobre os usos da noção de mestiçagem no Brasil pode ser encontrado em Schwarcz (1996). Numa perspectiva discursiva, Silva Fontana (2021) apresenta um pertinente gesto de leitura desses usos.

3 *O povo brasileiro* é uma obra publicada já no final do século, em 1995. Contudo, o livro é fruto de um projeto constantemente abandonado e retomado, conforme o próprio Darcy Ribeiro narra no prefácio de sua obra, cuja primeira tentativa de escrita remete a meados de

maneira, põe em circulação um sentido de celebração a uma identidade nacional que se encontra com e na mestiçagem, não se pode dizer, todavia, que tenha sido sempre esse o tom dos discursos que aqui circularam. No século XVIII, já estavam entre nós teorias racistas e eugênicas que grassavam pela Europa e pelos Estados Unidos da América, em virtude dos interesses coloniais e imperialistas em torno da concretização da dominação dos continentes africano, americano e asiático. Nessas condições de produção, os “cruzamentos raciais” eram duramente condenados por médicos, antropólogos, eugenistas e viajantes estrangeiros, sendo vistos como os grandes responsáveis pela degenerescência das populações não europeias. E o Brasil talvez fosse o grande exemplo de “nação degenerada”.

Pelos anos de 1865, o professor, viajante e expedicionário suíço Louis Agassiz saiu de Nova York em direção ao Brasil. Por aqui, esteve entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, porém, tendo em vista seus objetivos zoológicos e paleográficos, demorou-se mesmo na Amazônia e no Nordeste brasileiro. Na região amazônica, espantou-se com o número do que chamava de “classe híbrida”, numerosa em todas as cidades do país pelas quais passara, mas muito marcada nessa região em virtude do “elemento indígena”⁴. É justamente descrevendo essa situação, em seu livro-diário *A journey in Brazil*, que ele diz:

Que venha ao Brasil quem duvidar do mal dessa mistura de raças e se inclinar, por uma filantropia equivocada, a derrubar todas as barreiras entre elas. Ele não poderá negar a deterioração resultante de uma fusão de raças, mais difundida aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que

1950. Nesse sentido, trata-se de um livro que representa e concentra o debate sobre a formação do Brasil, e consequentemente, sobre a mestiçagem, que dominou todo o século XX.

4 Em seu livro de viagem, se lê o seguinte: This hybrid class, although more marked here because the Indian element is added, is very numerous in all the cities and on the large plantations; perhaps the fact, so honorable to Brazil, that the free negro has full access to all the privileges of any free citizen, rather tends to increase than diminish the number (AGASSIZ, 1868, p. 292-293).

está rapidamente apagando as melhores qualidades do homem branco, do negro e do índio, deixando um tipo mestiço indescritível, deficiente em energia física e mental. Em uma época em que o novo status social do negro é um assunto de vital importância em nossa política, deveríamos lucrar com a experiência de um país onde, embora exista escravidão, há muito mais liberalidade em relação ao negro livre do que jamais desfrutou-se nos Estados Unidos. Aprendamos a dupla lição: abra todas as vantagens da educação ao negro e dê-lhe todas as chances de sucesso que a cultura dá ao homem que sabe usá-la; mas respeite as leis da natureza e deixe que todas as nossas relações com o homem negro tendam a preservar, na medida do possível, a distinção de suas características nacionais e a integridade das nossas (AGASSIZ, 1868, p. 293, tradução minha5).

Da citação, dois pontos marcantes: a evidência racista do defeito social da mestiçagem em virtude da geração do mongrel, aqui traduzido por mestiço, mas que vale também para vira-lata; e o fato de o Brasil ter se tornado, nessa conjuntura discursiva, “um grande laboratório racial”, conforme aponta Schwarcz (1994, p. 152). Um laboratório propício ao estudo das “raças híbridas”, terreno fértil para os debates “que se congregavam nos diversos centros de ensino e acolhida: os institutos históricos e geográficos, os museus etnográficos, as faculdades

5 No original: Let any one who doubts the evil of this mixture of races, and is inclined, from a mistaken philanthropy, to break down all barriers between them, come to Brazil. He cannot deny the deterioration consequent upon an amalgamation of races, more widespread here than in any other country in the world, and which is rapidly effacing the best qualities of the white man, the negro, and the Indian, leaving a mongrel nondescript type, deficient in physical and mental energy. At a time when the new social status of the negro is a subject of vital importance in our statesmanship, we should profit by the experience of a country where, though slavery exists, there is far more liberality toward the free negro than has ever enjoyed in the United States. Let us learn the double lesson: open all the advantages of education to the negro, and give him every chance of success which culture gives to the man who knows how to use it; but respect the laws of nature, and let all our dealings with the black man tend to preserve, as far as possible, the distinctness of his national characteristics, and the integrity of our own.

de direito e de medicina” (SCHWARCZ, 1994, p. 152).

Como recorte de um projeto maior ainda em curso, neste texto, defendo a ideia de que também os estudos e instrumentos linguísticos foram palco para esse espetáculo da mestiçagem. De doença social à identidade a celebrar, diferentes discursos sobre a mestiçagem aparecem nas diversas produções linguísticas que ganham corpo entre o final do século XIX e, pelo menos, a primeira metade do século XX. Considerando que os instrumentos linguísticos são tecnologias da colonização que gramatizam uma língua, isto é, documentam-na e instrumentalizam-na (AUROUX, 2008, 2009), tomarei, neste texto, o dicionário de língua portuguesa como objeto material de análise, compreendendo-o como um discurso sobre a língua (NUNES, 2010) no qual aparece um saber histórico (SILVA, 1996).

Por uma perspectiva que se sustenta do entremeio entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso que se orienta por uma tomada de posição materialista, volto meu olhar para o funcionamento discursivo do verbe mulato em diferentes dicionários de português no recorte temporal já citado6. As perguntas que mobilizam essa análise são: em que medida diferentes discursos sobre a mestiçagem, materializados especialmente nas diferentes teorias e abordagens raciologistas e sociológicas, podem reverberar na produção linguística em torno da língua portuguesa? Como um arquivo discursivo composto pelo mapeamento do ver-

6 Os dicionários trabalhados no texto foram dicionários que circularam no Brasil entre os séculos XIX e XX. Trarei um dicionário português de ampla circulação no país (SD1), duas edições de um dicionário português (SD2), mas com forte influência brasileira pela autoria de Antônio Moraes, brasileiro que, em Portugal, empenhou-se em complementar dicionários portugueses com os chamados brasileirismo (NUNES, 2010) e, por fim, trabalharei também com um dicionário brasileiro (SD3) do período em que a produção lexicográfica brasileira já estava bem estabelecida e em franca produção de instrumentos integralmente brasileiros, isto é, sem a tutela linguística de Portugal.

bete mulato, dentro do recorte já mencionado, pode contar a história da mestiçagem brasileira?

Para empreender essa reflexão, começarei apresentando diferentes perspectivas teóricas que, em geral, sustentam o acontecimento do debate sobre a mestiçagem. Embora uma dessas vertentes seja talvez a que mais produz efeitos, outras disputam, entre ratificações e contradições, espaços com ela. Nesse campo de disputas teóricas, esboçarei uma proposta discursiva para a mestiçagem. Em seguida, tentarei estabelecer um paralelo entre a periodização da gramatização brasileira e das teorias da mestiçagem, com o objetivo de descrever as condições de produção que envolvem o corpus discursivo de análise. Por fim, trago o gesto de análise do verbete mulato em diferentes dicionários de língua portuguesa.

Perspectivas sobre a mestiçagem e proposta discursiva

Em *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, Kabengele Munanga (2020) oferece-nos uma rica discussão a partir da qual é possível identificar, pelo menos, três caminhos que o debate em torno da mestiçagem percorreu e tem percorrido ao longo da história. Esses três caminhos conservam características próprias, mas não devem ser encarados como dissociados, na medida em que se remetem por continuidade ou por oposição. E, embora seja possível localizar e recortar certo período histórico de sobrevida para essas perspectivas, é importante considerar, de um ponto de vista discursivo, que os princípios de cada uma delas ressoam na história, dando corpo à memória discursiva que permeia a ideia de mestiçagem. Assim, de acordo com Munanga (2020), é possível diferenciar três perspectivas para a mestiçagem: a populacionista, a raciólogista e a sociológica.

Na perspectiva populacionista, a mestiçagem é compreendida como um acontecimento universal. E, vista desse modo, ela diria respeito a toda e qualquer interação ou troca de fluxo de

informação genética dentro de uma população, isto é, um conjunto de indivíduos que se reproduzem por hábito. Aqui, a ideia de indivíduo, enquanto parte do conjunto que compõe uma população, que pode ser mais ou menos contrastada fenotipicamente, é concebida por um olhar puramente biológico, mas que não classifica os sujeitos a priori. Desse modo, a mestiçagem passa a ser entendida como o próprio processo natural de produção de outros indivíduos.

Cumprir notar que, se, por um lado, a ideia de classificação a priori não comparece na perspectiva populacionista, é inteiramente a visão biológica que vai sustentar esse modo de compreender a mestiçagem. O olhar biológico participa desse debate tomado, de saída, como legítimo e, nessas condições, abre as portas para que se possa pensar os sujeitos enquanto uma combinação de genes. É justamente na esteira desse quadro científico biológico que a perspectiva raciólogista buscará estabelecer suas bases, dessa vez, considerando a “natureza” dos elementos que se combinam para a produção de novos indivíduos, e problematizando o “somatório” cujas partes somadas terão maior ou menor peso no resultado final.

Considerar a “natureza” dos elementos envolvidos na produção de novos indivíduos e problematizar o somatório ou mistura desses elementos significa, do ponto de vista raciólogista, trabalhar com a noção de “raça” previamente estabelecida⁷. Assim, “o raciólogista se

7 Ou seja, raça pensada a partir do modo pelo qual o biológico é interpretado pelo racismo científico para sustentar a ideia de que “as diferenças de tipo fisiológico ou de natureza realmente fornecem base para que classifiquemos as raças humanas em famílias” (HALL, 2015, p. 03). Neste texto, porém, tomo posição por uma perspectiva outra de raça, uma perspectiva discursiva, assim definida por Stuart Hall (2015, p. 03): “existem diferenças de todo tipo no mundo, [...] a diferença é um tipo de existência anômala por aí, uma série randômica de todo tipo de coisa que a gente chama de mundo e não há motivo para negarmos essa realidade ou essa diversidade. [...] Apenas quando essas diferenças foram organizadas dentro da linguagem, dentro do discurso, dentro dos sistemas de sentido, é que podemos dizer que as diferenças adquiriram sentido e se tornaram fatores da cultura humana e

interessa principalmente pela mestiçagem entre as ‘grandes raças’ definidas a priori” (MUNANGA, 2020, p. 23), fato que o leva a evocar a mestiçagem frente aos problemas que seu método (a divisão da espécie humana em grandes raças) o coloca. Em virtude disso, se determinadas variações dentro de um “sistema racial” são imperfeitas, isso significa que a pureza dos tempos antigos foi corrompida pela mestiçagem das “raças originais”.

Ainda segundo Munanga (2020), os pressupostos raciologistas sustentam o senso comum para o qual branco, negro, amarelo, homem de cor e demais designações raciais resultam da evidência que recobre a realidade biológica que se impõe por si mesma. Essa é, então, a vertente sobre a mestiçagem que talvez mais produza efeitos. No entanto, o autor nos ajuda a entender que essas designações são “categorias [...] largamente herdadas da história da colonização, apesar da nossa percepção da diferença situar-se no campo do visível” (MUNANGA, 2020, p. 24). E é corroborando com esse posicionamento, que se coloca num lugar de antagonismo à perspectiva raciologista, que o ponto de vista sociológico entra em cena.

Na perspectiva sociológica da mestiçagem, as categorias herdadas da colonização que proporcionam designação e classificação racial têm um objetivo muito mais ideológico do que biológico. Por isso mesmo, elas nos levam a adquirir o costume de pensarmos sobre nós mesmos e sobre as nossas identidades sem o entendimento de que haveria uma “manipulação do biológico

da regulação de condutas - essa é a natureza do que estou chamando de conceito discursivo de raça”. Em outras palavras, se existe uma perspectiva raciológica para a qual a existência de raças se evidenciaria pela diferença de (bio) tipos humanos, nosso entendimento inverte essa lógica na medida em que, de uma perspectiva materialista, não são as diversidades fenotípicas e fisiológicas que provam a existência de diferentes raças, mas a interpretação sobre essas diversidades criam condições para a produção do conceito de raça que “não passa de uma ficção útil, uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica, cuja função é desviar a atenção de conflitos mais genuínos” (MBEMBE, 2018, p. 28).

pelo ideológico” (MUNANGA, 2020, p. 24). De uma tomada de posição discursiva materialista, diríamos mesmo que não se trata de diferenciar o biológico do ideológico, como se fossem dois campos diametralmente distintos, mas de ponderar que “não se pode [...] desconsiderar a constituição essencialmente ideológica do discurso e do sentido” (ORLANDI, 2011, p. 17) e isso se estende aos discursos científicos e aos efeitos de sentido deles procedentes.

A partir da perspectiva sociológica, nas palavras de Munanga (2020, p. 24):

[...] a mestiçagem não pode ser concebida apenas como um fenômeno estritamente biológico, isto é, um fluxo de genes entre populações originalmente diferentes. Seu conteúdo é de fato afetado pelas ideias que se fazem dos indivíduos que compõem essas populações e pelos comportamentos supostamente adotados por eles em função das ideias. A noção de mestiçagem, cujo uso é ao mesmo tempo científico e popular, está saturada de ideologia. Por isso, seria importante, antes de qualquer análise, deixar claras as diversas conotações.

A perspectiva sociológica apresenta-nos boas contribuições ao questionar a evidência biologicista que é reproduzida pelo ponto de vista raciologista, bem como ao denunciar os efeitos ideológicos que se colam a essa evidência. Mas, não se pode deixar de pontuar que ela o faz considerando o biológico e o ideológico como duas instâncias simetricamente separadas, reforçando também uma visada conteudista na qual seria preciso distinguir os diferentes conteúdos que a palavra mestiçagem conseguiria portar. De uma perspectiva discursiva, porém, nos é caro reforçar que as ambiguidades do conceito de mestiçagem, sua polissemia, não se relaciona a conteúdos depositados previamente sobre a palavra, uma vez que, como nos ensina Pêcheux (2009, p. 147) “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada for-

mação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva”. De igual modo nos ensina Pêcheux (2009) sobre não haver sentido sem sujeito, assim como não há sujeito fora da ideologia, ponto que nos impede de considerar o biológico (ou mesmo o discurso científico⁸) como instância apartada das relações de produção e reprodução ideológica.

Diante disso, é importante abriremos espaço para uma perspectiva discursiva para a mestiçagem. Desse lugar, compreendo a mestiçagem como um aspecto da racialidade e a racialidade como partícipe do processo de constituição do sujeito e do sentido em sua relação de imbricação com outras dimensões⁹ que tocam os processos de interpelação, identificação, subjetivação e também resistência, numa conjuntura social na qual a categoria de raça desempenha papel fundamental na classificação, organização e hierarquização social. Esse modo de formular a questão sustenta-se no que Modesto (2021) apresenta em torno dos discursos racializados, ponderando que “a tensão racial é um problema constitutivo à formação social brasileira, tendo em vista o modo de produção que a domina” (MODESTO, 2021, p. 02). Parto, então, da compreensão de que é possível falar de efeitos raciais no processo de interpelação ideológica (FANON, 1952; MODESTO, 2018), assim como é possível pensar os efeitos da colonização patriarcal, capitalista e racista nas condições de produção dos discursos.

Vista por esse prisma, a mestiçagem pode ser considerada uma discursividade que constitui a formação social brasileira, oferecendo ancoragens para diferentes processos de identifica-

ção social, diferentes posições-sujeito enlaçadas pela contradição. Como uma discursividade que constitui nossa formação social, a mestiçagem incide também sobre os discursos fundadores da brasilidade, constituindo-se memória discursiva para dizeres de e sobre o Brasil e o brasileiro. E é também como discursividade que é possível proceder com a montagem e organização de diferentes arquivos que são atravessados pela mestiçagem e que tocam diversos processos de significação como os dizeres da loucura, da saúde, do sincretismo, da religiosidade, da cultura, do carnaval, do contato linguístico e da língua.

Periodização das teorias da mestiçagem e da gramatização brasileira

A mestiçagem foi dita de diferentes formas ao longo da história do Brasil. Reproduzindo, em geral, o referencial teórico dos cientistas ocidentais (europeus e americanos) de sua época e de épocas pregressas, os pensadores brasileiros se empenharam na tentativa de explicar a situação racial brasileira e especular percursos para o problema da construção da identidade nacional, tendo em vista a diversidade racial que aqui se encontrava. Nas diversas produções brasileiras, a mestiçagem era caracterizada “ora como um meio para estragar e degradar a boa raça, ora como um meio para reconduzir a espécie a seus traços originais” (MUNANGA, 2020, p. 53).

No século XIX, especialmente em seus anos finais, quando a abolição da escravatura se tornava cada vez mais uma realidade palpável, os pensadores brasileiros se viram diante de questões incontornáveis: o que virá a ser a nação brasileira? Qual seria a identidade que a nação adotaria? Essa problemática ganhava força com o fato de a mestiçagem ser uma realidade inquestionável, malgrado todo discurso de degenerescência do cruzamento racial, e também com o fato da emergência de uma nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Novas perguntas surgiam: como tornar o ex-escravizado um elemento da nacionalidade, se o pensamen-

8 Importante notar que, em Pêcheux (2009), há uma distinção entre discurso científico e prática científica (processo científico-conceptual). Na medida em que um discurso é sempre discurso de um sujeito, a ciência é um processo sem sujeito. Essa discussão está bem trabalhada no célebre *Semântica e Discurso*.

9 Como as dimensões de classe (PÊCHEUX, 2009) e mesmo gênero e sexualidade (ZOPPI-FONTANA, 2017).

to colonial que considerava o negro como objeto, animalizado, força de trabalho, ainda não havia mudado?

A preocupação da elite brasileira girava em torno das marcas e influências que a presença do negro, agora livre, poderia proporcionar na sociedade. A diversidade racial representava uma ameaça e um obstáculo para a construção de uma nação que se queria e se pensava branca. É, portanto, em virtude disso que a categoria de raça constituiu-se eixo central no debate que se travava no Brasil entre o final do século XIX e meados do século XX. Desse debate, pelo menos três grandes correntes de pensamento marcam a periodização da ideia de mestiçagem no Brasil. Para produzir mais um olhar discursivo que historiográfico sobre a questão, recorro a dois pesquisadores do campo da análise de discurso para mapear essa periodização.

Barbosa Filho (2022) nos ajuda a refletir sobre o primeiro período, que compreende o final do século XIX, e é marcado pelo empreendimento da medicina legal, de Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), em que se buscava de maneira incisiva relacionar criminalidade, loucura e raça. Nesse período, a mestiçagem era compreendida como um perigo para as raças, especialmente a branca europeia, porque o mestiço seria responsável por todo tipo de degenerescência social, tal qual vemos na introdução a este texto com a retomada a Louis Agassiz. Barbosa Filho (2022) nos leva a considerar como esse discurso se materializa em diferentes discursividades e instituições, fazendo com que, para empreender uma análise da questão, fosse preciso montar um arquivo “no rastro das discursividades em jogo”, sem ceder a enquadramentos que se limitem a tipologias discursivas ou instituições a priori.

Silva-Fontana (2021), por sua vez, nos ajuda a compreender os efeitos discursivos dos dois períodos seguintes. O primeiro compreenderia os anos iniciais do século XX e teria como figura representativa autores como Francisco Oliveira Viana (1883-1951). O segundo diria

respeito ao meio da primeira metade desse século e o nome mais representativo dessa fase seria o de Gilberto Freyre (1900-1987). A produção de Oliveira Viana, alerta-nos Silva-Fontana (2021), constitui-se como acontecimento discursivo que, como tal, estabelece atualização da memória dos discursos anteriores, fissurando-os, no entanto, e abrindo caminhos para outros sentidos. Desse modo, será nesse período que se compreenderá a miscigenação como elemento degenerativo, mas com potencial de mudança, se houver assimilação de uma mentalidade branca por parte do mestiço. Já em Freyre, há a produção de um deslizamento que tangencia o tema da degenerescência ao propor o mestiço como o brasileiro, discurso que se sustentaria na ideia de que somos todos misturados. Em diferentes tradições dos estudos raciais, Freyre é, então, reconhecido como fundador do mito da democracia racial, produzindo, como nos diz Silva Fontana (2021), um discurso fundador para a brasilidade fortemente afetado pela mestiçagem. Assim:

Foi, na verdade, na década de trinta que sinais de uma certa positivação da ideia da mestiçagem tornavam-se mais evidentes. Cantada em verso e prosa, a miscigenação de grande mácula transformava-se em nossa mais sublime especificidade, sem que o tema fosse, de fato, enfrentado. Nesse movimento, o conflito virava sinal de identidade, ao mesmo tempo em que o mito das três raças passava a equivaler a uma grande representação nacional. Coube a Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1930), de alguma maneira oficializar essa imagem dispersa. Sobretudo nessa obra, a mestiçagem aparece como grande caráter nacional, que interfere não apenas na conformação biológica da população, mas, sobretudo, na produção cultural que nos singularizava. Inventor do famoso mito da democracia racial brasileira, Freyre de fato adocicava o ambiente ao priorizar uma certa história sexual brasileira, em detrimento de uma análise cuidadosa das contradições existentes nessa sociedade tão marcada pela escravidão (SCHWARCZ, 1996, p. 98)

Em resumo, podemos periodizar o pensamento sobre a mestiçagem no Brasil do seguinte modo:

Final do século XIX - a mestiçagem era responsável pelas mazelas sociais, sendo associada à criminalidade e à loucura. Reforça-se o perigo da mistura de raças para o elemento branco;

- Primeiros anos do século XX - ainda se concebia a mestiçagem como um problema, mas seria possível considerá-la um ganho social se o mestiço desenvolvesse uma mentalidade branca;
- A partir dos anos 30 do século XX - o mestiço torna-se o portador da identidade nacional, a marca de que no Brasil não há racismo e de que há uma democracia racial em curso. Estabelece-se, assim, o mito da igualdade entre as três grandes raças (brancos, negros e indígenas) que escamoteará os efeitos nefastos do racismo no Brasil

É interessante notar que, do ponto de vista de uma história das ideias linguísticas, a construção do mestiço como figura representativa da identidade nacional coincide com a produção dos instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários) comprometidos com a produção de uma imagem de completude da língua que se fala no país.

No que se refere ao processo de gramatização da língua “brasileira”, Guimarães (2004), preocupado por uma leitura historiográfica das condições de produção da colonização brasileira, propõe uma periodização que está ligada a arranjos políticos e institucionais do contexto brasileiro em torno da noção de língua nacional. Assim, para ele, é possível pensar o processo de gramatização do “brasileiro”, a partir de diferentes momentos históricos. Um deles compreenderia o início da segunda metade do séc. XIX até o final dos anos de 1930, sendo este um período caracterizado pelo início dos estudos do português brasileiro e pela publicação das primeiras gramáticas produzidas no país.

Nunes (2010) ratifica a periodização proposta por Guimarães, mostrando que, no caso dos dicionários, a partir da segunda metade do

séc. XIX torna-se mais forte a prática de introduzir palavras brasileiras nos dicionários monolíngues de língua portuguesa. Essa introdução era feita a partir da publicação de vocabulários de “brasileirismos” que tinham por objetivo a complementação dos dicionários portugueses. Ainda assim, esse tipo de dicionário “embora introduzisse algumas palavras brasileiras, era muito distante da realidade brasileira, da sociedade que então se formava, das peculiaridades do país e de suas regiões” (NUNES, 2010, p. 10). O autor pontua que a produção de dicionários parciais e de complemento mostra que no século XIX já há a constituição de uma lexicografia brasileira de língua nacional. Mesmo assim, Nunes pondera que é somente no século XX que surgem os primeiros dicionários importantes monolíngues brasileiros de língua portuguesa. Nesse momento, “não se trata aí tão somente de dicionários parciais, que completariam os dicionários portugueses, mas, sim, de dicionários que produzem uma imagem de completude da língua falada no Brasil” (NUNES, 2010, p.10).

Dentro desse contexto, o autor reafirma a importância da década de 1940 - desse modo, pouco tempo depois da publicação de Casa grande & Senzala, de Gilberto Freyre - como um momento em que se tenta iniciar a produção efetiva de uma imagem de completude da língua falada no Brasil.

Cabe ressaltar que o gesto de periodização que procuro efetuar aqui não quer estabelecer necessariamente um paralelo direto entre as teorias da mestiçagem no Brasil e a produção de dicionários, como se fosse possível esperar um espelhamento prático e direto de um processo no outro. Sabemos que a produção lexicográfica não consegue acompanhar integralmente mudanças de sentido contemporâneas em seu fazer. Não é porque, com a publicação de Casa grande & Senzala, nos anos de 1930, parece haver uma ruptura ou deslizamento dos sentidos de mestiço e mestiçagem que, imediatamente, os dicionários posteriores a essa data registrariam mudanças em verbetes relacionados aos sentidos

em pauta. Nesse contexto, as periodizações aqui feitas buscam tensionar a efervescência da discussão em torno das ideias de nação brasileira e identidade nacional que tomam corpo tanto nos dizeres sobre a mestiçagem pelos pensadores nacionais quanto na produção linguística que, buscando uma língua brasileira completa, procura se afastar da memória da tutela linguística de Portugal.

Mulato em dicionários de português: gestos de análise

Nunes (2010) apresenta três modos, entre tantos, para efetuarmos uma leitura analítica do instrumento linguístico dicionário. O primeiro modo é a identificação de lacunas. Nesse método, não se busca apontar erros ou defeitos dos dicionários, mas compreender que o silêncio, sendo constitutivo ao sentido, comparecerá nesses instrumentos linguísticos, na medida em que todo discurso silencia outros possíveis discursos. O segundo procedimento de leitura analítica é a análise das posições de definição. A partir desse procedimento, busca-se compreender a posição discursiva ocupada pelo lexicógrafo quando da ação de definir. Consoante Nunes (2010), esse é um importante procedimento para apontar decalagens temporais e desencontros na memória discursiva entre o que está textualizado nos verbetes e o os discursos em circulação. Por fim, o terceiro procedimento constitui-se pelo questionamento dos exemplos que acompanham as definições. Os exemplos, quando aparecem nos verbetes, tendem a apresentar a possibilidade de formação de sintagmas com o verbeito em análise, gesto importante para situá-lo em determinada discursividade e não em outra.

Outra autora que nos apresenta bons caminhos de análise discursiva de verbetes é Francine Mazière. Conforme a autora, “se o discurso não é jamais transparente, se a gramática particular de uma língua impõe escolhas significativas ao escritor, então a sintaxe da definição, em sua materialidade, tem algo a nos mostrar

sobre as representações e as posições realmente assumidas pelo lexicógrafo no interior da ordem do saber e da instituição” (MAZIÈRE, 2008, p. 48). Caberia ao analista, então, lançar um olhar para a sintaxe, realizando uma dessintagmatização linguística para chegar ao discursivo (LAGAZZI, 1988). E, nesse procedimento discursivo, Nunes (2006, p.30) salienta que “entre a palavra e o corpo do verbeito, há o estabelecimento de uma repetição [...] e de um silêncio”.

No gesto de análise que busco empreender, tento, trabalhando um procedimento que me leve do linguístico ao discursivo, considerar também as posições-sujeito envolvidas na produção dos verbetes e os exemplos que neles podem aparecer. Pergunto-me em que medida a identificação dessas posições-sujeito levariam às concepções de mestiçagem anteriormente periodizadas, compreendendo também pontos de deriva e deslizamentos. Os verbetes que trago a seguir representam um recorte no arquivo que me permite trabalhar os sentidos de mulato nos dicionários de português como materialidade dos discursos da mestiçagem no Brasil. Trata-se, assim, de um significante que dá corpo à discursividade da mestiçagem, tal como foi possível considerar no momento em que, neste texto, apresentei uma concepção discursiva para a mestiçagem.

Começo, então, pontuando que, a meu ver, parece haver uma regularidade que atravessa os verbetes, apesar de suas distâncias temporais, suas nacionalidades e seus deslizamentos de sentidos. Essa regularidade é caracterizada pela presença do embranquecimento social e conseqüentemente aniquilação do elemento negro em todos os tempos. Interessa-me, assim, compreender como em mulato, um verbeito que pode ser tomado como uma nomeação racial, a explicitude da discursividade racializada é atravessada pela implicitude de uma discursividade do extermínio, do apagamento, da morte e do genocídio. Passemos para a análise do primeiro verbeito que, por sua vez, constitui a primeira

sequência discursiva (SD)10:

SD1: MULATO, A. s. Termo antiquado. Macho asneiro, filho de cavallo e burra. Por uma lei de 1538 se determinada, que nenhuma pessoa d'Entre Douro e Minho podesse crear mais que um mulato para seu serviço, sob pena de um anno de degredo para um dos coutos fora da dita comarca, e de perca dos mulatos, que criasse, s'ndo metade para quem o accusasse, e a outra metade para a camará de sua majestade; o que mais tarde foi revogado nas cortes celebradas de Thomar. – Cão mulato; variedade de cão selvagem da Ásia [...] Figurada e popularmente: o branco com a negra, ou vice-versa, produzem um mulato cuja cór é morena; isto é, mixta de preta e branca; este mulato com uma branca produz um segundo mulato menos moreno que o primeiro; e se este segundo mulato se unir do mesmo modo a um indivíduo de raça branca, o terceiro mulato não terá mais do que uma cór morena ligeira, que desaparecerá inteiramente nas gerações imediatas. – Adjectivamente: nascido de um negro e de uma branca, ou de um branco e de uma negra. – um criado mulato – uma criada mulata – “E estando quase recolhido em saluo, porque lhe disseram que ticaua hum homem d'armas mulato, o qual dizião ser seu irmão bastardo: tornou a ele, e com muito trabalho por estar ferido, o saluou as costas” Barros, Década 2, liv. 5 cap 5. (Grande Diccionário Portuguez ou Thesouro da Língua Portugueza, de Frei Domingos Vieira, Lisboa, 1871, p. 351)

10 Algumas das SD que trago, e nas quais apresento os verbetes para mulato, já foram analisadas por mim em um texto anterior (MODESTO, SOUZA, 2019). Naquela ocasião, porém, apesar do direcionamento racial que a discussão evoca, eu sequer considerei uma discussão (mais aprofundada) em relação à mestiçagem, aos discursos racializados e aos processos de atravessamento da racialidade nos sentidos que se constituem nas condições de produção brasileiras. Naquela análise, meu olhar ficou estagnado na evidenciação de “conteúdos racistas” do verbete, flertando, inclusive, com uma análise de conteúdo. A análise que apresento aqui não é uma retificação da análise supramencionada, porque fundamentalmente apresento, agora, uma outra análise; uma outra discussão, afetada por outras preocupações e perguntas. Não deixa de ser, no entanto, uma autocrítica.

Na SD1, a primeira entrada para mulato sinaliza o “termo antiquado” a partir do qual se designa o “macho asneiro, filho de cavallo e burra”. Acompanha essa definição uma pequena narrativa explicativa que faz menção a uma lei do século XVI que proibia a criação desse tipo de animal, sob pena de banimento e perda de bens (nesse caso, os próprios animais produzidos). Aponto duas questões que podem ser trabalhadas a partir dessa notação histórica: a primeira diz respeito àquilo que Silva (1996) pondera em torno do dicionário materializar um saber histórico, sendo aqui uma questão levada às consequências pela documentação do saber historiográfico jurídico. A segunda, por sua vez, diz da proibição da criação de animais mulatos, para além do limite de apenas um para o serviço. Por essa textualização, o dicionário toma posição por um discurso jurídico que apresenta o animal mulato como proibido, embora de uso possível para o trabalho. O motivo da proibição fica como não-dito, mas é possível completar as lacunas desse não dizer a partir da memória discursiva acerca do saber zoológico para o qual é importante observar a pureza e a procedência das raças de animais equinos.

Na primeira entrada, a interdição de animais como o mulato não está justificada por um discurso biológico-zoológico, mas pela notação histórica jurídica. Parece, então, não haver um juízo de valor sobre a «qualidade» biológica do animal de origem mestiça, mas apenas a descrição de sua concepção jurídica. Esse silenciamento do biológico parece ser também o padrão que sustenta a formulação da entrada na qual o dicionário nos apresenta o sentido figurado e popular do verbete. Nessa entrada, não há especificamente uma definição para o verbete, mas uma espécie de receita para que o mulato deixe de existir. Há, assim, a gradação em que o mulato, sendo produzido pelo cruzamento de branco com preta, poderá produzir outros sujeitos “menos” mulatos, caso tome como parceiro para reprodução o branco, até “que desaparecerá inteiramente nas gerações imediatas”. O vínculo

entre o mulato e o trabalho também está posto e comparece no exemplo a partir de uma sintaxe em que a palavra mulato figura como adjetivo para “criado”, “criada” e “homem d’armas” que é, além disso, um irmão bastardo.

Um dos fortes efeitos de sentidos possíveis da leitura do verbete é a preocupação com a reprodução do mulato. Porém, os motivos para essa preocupação não estão ditos. Não se diz que o animal mulato constitui uma espécie inferior aos cavalos, apenas que, apesar da permissão de seu uso para o trabalho, não se pode tê-los em grande quantidade. Também não se diz que a pessoa mulata seja de uma raça inferior, embora seja dada a receita para seu desaparecimento. Como animal ou como gente, o mulato é aceito para o trabalho, tendo sua reprodução controlada e direcionada não para a criação de novos mulatos, mas para o seu embranquecimento até que não exista mais nenhum deles.

Apesar do silenciamento dos discursos em torno da inferioridade racial do mestiço mulato, esse saber é efervescente na memória discursiva estando na base de toda discussão acerca da mestiçagem no século XIX. Nesses termos, parece inevitável que esteja em funcionamento aqui um apagamento deliberado da ideia de inferioridade/superioridade de raças, a qual, ainda que não dita, é recuperável pela memória discursiva, pelo controle e apagamento do mestiço. Cumpre ainda considerar que a posição lexicográfica em questão tem forte relação com a posição religiosa, marcada na autoria e título do dicionário. Se, no século XIX, a posição religiosa evita discutir hierarquia de raças (algo já feito pela Religião, especialmente nos primeiros séculos de colonização), esse saber não é completamente esquecido, comparando lateralmente. É nesse ponto que recupero algo que disse anteriormente em relação à explicitude da discursividade racializada sendo atravessada pela implicitude de uma discursividade do extermínio, do apagamento, da morte.

Na SD2 a seguir, em que trago dois verbetes de duas edições diferentes de um mesmo

dicionário ainda do século XIX, defendo que a tônica da discussão sobre inferioridade e superioridade de raças segue silenciada, mas produzindo efeitos violentos nos discursos de direcionamento racial.

SD2: Muláto s. m Mulata, f. Filho, ou filha de preta com branco, ou às avessas, ou de mulato com branca até certo gráo. Sinonímia. O filho do cavalo, e burra. Mir. Cart. 2. Est. 60 “ou dormindo no mulato” (Dicionário da Língua Portuguesa, Antonio de Moraes e Silva, Lisboa 1813).

Mulato, a, S (de mú, ou mulo) ant. Mulo; o filho do cavalo, e burra, macho asneiro. Sá Mir. Carl. 2 est. 60 “ou dormindo no mulato”. Sinonímia fig. E us. Filho, ou filha de preta com branco, ou às avessas, ou de mulato com branca até certo gráo. Sinonímia *Mulato velho: nome que se dá no Brasil ao bagre escalado (Dicionário da Língua Portuguesa, Antonio de Moraes e Silva, Lisboa 1878).

Sobre os verbetes que integram a SD2, apesar das diferentes possibilidades e entradas de análises possíveis, gostaria de lançar um olhar sobre dois pontos. O primeiro diz respeito à construção linguística até certo gráo que incide na sintaxe do verbete. Por efeito de paráfrase, até certo gráo pode ser substituído por “até certo limite”, “até um limite não muito claro”, “até que não seja possível mais ___”, “até que não exista mais ___” em que, no caso das duas últimas paráfrases, o elemento em elipse pode ser preenchido por “ser/identificar o mulato” e “o mulato”. Se podemos operar com essas paráfrases plausíveis (PÊCHEUX, 2006), caberá, então, dizer que a memória do apagamento do mestiço mulato e da mestiçagem continua produzindo seus efeitos. Se, nesse momento, não vemos mais uma receita de como fazer desaparecer o mulato, tal qual vimos na SD1, os verbetes, de diferentes tempos do século XIX (início e final), textualizam que o mulato existe dentro de um limite, dentro de um certo grau. Ou seja:

o mulato pode desaparecer.

A composição sintática do verbete é equívoca, na medida em que até certo gráo pode incidir sobre diferentes sintagmas e elementos da sentença, constituindo, assim, o que se pode chamar de ambiguidade sintática. Essa ambiguidade, porém, é desfeita pela memória discursiva: se, sintaticamente, podemos levantar a hipótese de uma leitura que ressalte “branca até certo gráo”, por exemplo, discursivamente não parece que essa seja uma leitura produtiva (pelo menos numa referência à racialidade), haja a vista a universalidade da racialização branca (FANON, 1952), portando não passível de relativização. Além disso, é a possibilidade de inserção do mulato na sociedade que está em pauta no debate racial em curso, sendo a mestiçagem uma estratégia de adequação e recomposição social. O mulato será aceito apesar de seu “defeito de cor”¹¹ e seus filhos mais ainda se menos mulatos forem. Há aí a esperança de que, na combinação entre um mulato e uma branca, seja produzido um sujeito menos mulato ou mulato de jeito algum, já que há um limite, um “certo gráo” no horizonte dessa combinação.

Assim, nos verbetes da SD2, o mulato, enquanto “[filho de] mulato com branca”, o será até certo grau. Importante chamar atenção para o modo em que a receita de embranquecimento, não sendo dita nos termos da SD1, permanece pelo indicativo que o novo mulato (que o será até certo grau) é resultado da reprodução de um mulato com “branca” e não com negra. Logo, o caminho sugerido para a mestiçagem é o do apagamento da negritude, enquanto elemento que participa da produção do mulato, porque os outros o serão, até certo grau, desde que se vise a branca como reprodutora em conjunto.

11 Consoante Oliveira (2008), reconhecer o “defeito de cor” ou pedir a “dispensa de cor” eram estratégia recorrentes, nos séculos XVIII e XIX, para a mobilidade social de mestiços e mulatos dentro do clero, como também no âmbito dos serviços militar e público. Isso mostra como era possível “aceitar” o mulato, desde que, reconhecendo seu defeito, agisse como um “negro de alma branca”.

É a partir dessa compreensão que quero colocar em pauta o segundo ponto para o qual gostaria de lançar um olhar: a questão de gênero. Ela me parece fundamental e me permite considerar tanto os verbetes da SD2 quanto o verbete da SD1. Em todos eles, apesar do comparecimento das expressões linguísticas «ou as avessas» e «vice-versa», a textualização entre os elementos formadores do mestiço mulato põe em jogo a relação da «preta com branco» (conforme SD2) ou «o branco com a negra» (conforme SD1) e «do mulato com a branca» (SD1 e SD2), quanto à formação das gerações seguintes as quais serão mestiçadas até certo grau.

As relações entre homens brancos com mulheres negras já são bem conhecidas na memória brasileira, estabelecendo um lugar de violência colonial sistemática em que as mulheres negras foram violadas intensamente durante todo o período colonial. As mulheres negras, consoante Davis (2016) não eram tratadas como frágeis e castas, ao contrário, eram forçadas a desempenhar todo tipo de atividade sexual e laboral. Eram resumidas à mucama, à mãe preta e à mulata (GONZALEZ, 2020). Nesse sentido, não espanta a textualização no dicionário da relação homem branco - mulher negra na mestiçagem produtora do mulato.

Em relação ao mulato com a branca, Silva Fontana (2021) esclarece que a aceitação do mulato na sociedade brasileira, condicionada à assimilação da mentalidade branca, foi uma aceitação fortemente atravessada por um recorte de gênero. Segundo a autora, quando Oliveira Viana propõe que o mulato pode contribuir com a sociedade e que sua ascensão social seria possível e diretamente relacionada com o desenvolvimento de um comportamento branco e europeu, é do mulato homem de que se está falando. O racismo produzirá uma distinção entre brancos e negros, relacionando os brancos à razão e os negros à emoção e ao corpo. O mulato homem, ao abraçar o seu lado branco, demonstraria o desenvolvimento racional a que está propício e que os negros não conseguiriam

desenvolver. Mas apenas o homem terá essa capacidade. A mulher mulata seguirá sendo relacionada à emoção e ao corpo, à intensidade sexual e à servidão completa, desempenhando, como já mencionado, as funções de mucama (função doméstica), mãe preta (função familiar) e mulata (função sexual). Talvez por isso seja concebível apenas uma relação entre homens mulatos e mulheres brancas.

Faço um salto temporal para trazer um dicionário brasileiro do final da primeira metade do século XX. Nele, a questão da possibilidade de assimilação de uma raça branca como elemento de distinção e ascensão para o mulato comparece incontornavelmente. Vejamos:

SD3: Mulato m. Etngr. Mestiço brasileiro, oriundo do cruzamento entre o branco e o negro. Seus caracteres antropológicos variam bastante, conforme grau de mestiçagem. Sem ser tão robusto quanto o negro, demonstra geralmente mais viva inteligência e aptidões artísticas. (Dicionário Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, Álvaro Magalhães, 1947).

Na SD3, apesar do significante “cruzamento”, que nos traz à memória as concepções zoológicas da mestiçagem e do mulato, o verbete enuncia a definição como constituinte de um debate etnográfico e antropológico. O mulato está pensando, desse modo, no campo da humanidade e representa, no verbete, o “mestiço brasileiro”. Aqui recuperamos a discussão feita anteriormente acerca da periodização do pensamento sobre a mestiçagem no Brasil para lembrar que, na concepção de Freyre, o mestiço brasileiro é o próprio brasileiro.

Um ponto que estabelece um paralelo com os verbetes das SD anteriores é que novamente a questão do grau de mestiçagem retorna. Dessa vez, contudo, não está associada com o desaparecimento da figura do mulato, mas com a variabilidade de suas características antropológicas (cultura, inteligência, racionalidade etc.). Em outras palavras, diz-se que o grau da mestiça-

gem será variado e com essa variedade diferentes características antropológicas serão despertadas.

Contudo, mesmo não oferecendo diretamente uma receita de apagamento do mestiço, o embranquecimento permanece como pré-constituído incontornável. Assim, completando as elipses presentes, lemos no verbete que “Sem ser tão robusto quanto o negro, [o mulato] demonstra geralmente mais viva inteligência e aptidões artísticas [do que o negro]”. Se lembrarmos da divisão racista e colonial que faz coincidir o branco à razão e o negro ao corpo e à emoção (FANON, 1952), será possível destacar que há um espelhamento dessa discursividade no verbete. O negro-corpo/emoção seria responsável por fornecer robustez (característica que não apenas objetifica o negro, mas o animaliza) ao mestiço, ao passo que o branco-raça forneceria a ele inteligência e aptidões artísticas.

É digno de nota, porém, a assimetria dessa relação. Se o mestiço é vivamente mais inteligente e apto artisticamente que o negro, graças ao que o branco consegue lhe fornecer, o negro, por seu turno, não consegue fornecer a contento ao mulato aquilo que lhe seria próprio: robustez. Voltamos, assim, à questão da variabilidade das características antropológicas do mulato em virtude de grau da mestiçagem: como efeito de sentido possível, se o mulato não desenvolve as mesmas características físicas que o negro, mas, pela sua influência branca, aprimora características escassas ou ausentes no negro, como inteligência e aptidão artística, então, tanto mais influência branca consiga amplificar, mais características antropológicas reproduzirá. Em outras palavras, ao dizer que as características antropológicas variam conforme grau de mestiçagem, recupera-se a memória para a qual quanto maior for a proximidade com o elemento branco, menor será a presença negra no mestiço, até que o mestiço seja integralmente branco. Parece haver aqui um atravessamento em torno do discurso no qual o mulato é aceito como expressão máxima da brasilidade (por equilibrar a mistura das raças fundadoras da na-

ção) e do discurso em que o mulato só é aceito condicionalmente à assimilação da mentalidade branca. Um atravessamento que interliga duas posições temporalmente “diferentes”, mas que nunca chegaram a constituir contradição.

Considerações Finais

Com esse texto, busquei refletir sobre a possibilidade de trabalhar a história do pensamento sobre a mestiçagem no Brasil a partir de dicionários de língua portuguesa (portugueses, portugueses complementados por brasileirismos e brasileiros) que aqui circularam especialmente entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Foi importante, no percurso que aqui tracei, começar refletindo sobre as perspectivas teóricas que, em geral, sustentam o acontecimento do debate sobre a mestiçagem.

Foi importante confrontar essas posições, mostrando como elas disputam, entre ratificações e contradições, espaço na discursividade científica. Nesse campo de disputas teóricas, esbocei uma proposta discursiva para a mestiçagem, considerando-a uma discursividade que constitui a formação social brasileira e que oferece ancoragens para diferentes processos de identificação social, diferentes posições-sujeito enlaçadas pela contradição. Como discursividade, a mestiçagem tem a capacidade de incidir sobre os discursos fundadores da brasilidade e os dizeres de e sobre o Brasil e o brasileiro.

Outro ponto de importância tenaz neste texto foi o estabelecimento de um paralelo entre a periodização da gramatização brasileira e das teorias da mestiçagem, com o objetivo de descrever as condições de produção que envolvem o corpus discursivo de análise. Porém, coube destacar que as periodizações feitas tiveram por objetivo tensionar a efervescência da discussão em torno das ideias de nação brasileira e identidade nacional que tomam corpo tanto nos dizeres sobre a mestiçagem pelos pensadores nacionais quanto na produção linguística que procurara se afastar da memória da tutela de Portugal.

A análise do verbete mulato mostrou a presença do embranquecimento social e consequentemente a anulação do elemento negro em todos os tempos analisados. Em mulato, a explicitude da discursividade racializada, da designação racial, é atravessada pela implicitude de uma discursividade do apagamento e da aniquilação do negro e do mestiço, ao mesmo tempo em que se celebra uma democracia mitológica que constrói o mestiço como sinônimo de brasileiro. Se o mulato é o mestiço brasileiro, o próprio brasileiro, ele o será no limite do aceitável, até certo grau, e pela assimilação da mentalidade branca.

Referências

- AGASSIZ, Louis. *A journey in Brazil*. Boston: Ticknor and Fields, 1868.
- AUROUX, Sylvain. *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. Campinas: Editora RG, 2008.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. *Ler o arquivo em análise de discurso: observações sobre o alienismo brasileiro*. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. v. 64, 2022, p. 01-22.
- DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, Frantz. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Éditions du Seuil, 1952.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GUIMARÃES, Eduardo. *História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2004.
- HALL, Stuart. *Raça, o significante flutuante*. In: *Z Cultural: revista do programa avançado de cultura contemporânea*. Faculdade de Letras

- da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ano VIII, n. 2, 2015, p. 01-06.
- LAGAZZI, Suzy. O desafio de dizer não. Campinas: Pontes, 1988.
- MAZIÈRE, Francine. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) História e sentido na linguagem. Campinas: Editora RG, 2008, p. 47- 59.
- MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MODESTO, Rogério; SOUZA, Alan Lobo. Dois gestos de leitura em história das ideias linguísticas: a ortografia e o dicionário em pauta. In: Macabéa: Revista Eletrônica do NETLLI. v. 8, n. 2, jul-dez, 2019, p. 213-236.
- MODESTO, Rogério. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. In: Revista Littera, v. 9, n. 17, 2018, p. 124-145.
- MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. In: Revista da Abralín. v. 20, n. 2, 2021, p. 01-19.
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- NUNES, José Horta. Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes/Fapesp/Faperp, 2006.
- NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. In: Revista de Letras (Taguatinga), v. 3. Brasília, UCB, 2010.
- OLIVEIRA, Anderson. Suplicando a “dispensa do defeito de cor”: clero secular e estratégias de mobilidade social no Bispado do Rio de Janeiro – século XVIII. Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008, p. 1-8. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212773302_ARQUIVO_Texto-AndersondeOliveira-Anpuh-RJ-2008.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.
- ORLANDI, Eni. Ler Michel Pêcheux hoje. In: ORLANDI, Eni (org.) Análise de discurso: Michel Pêcheux - textos escolhidos por Eni Orlandi. 2 ed. Campinas: Pontes, 2011, p. 11-20.
- PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2006.
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia. Espetáculo da miscigenação. In: Estudos avançados. v. 8, n. 20, 1994, p. 137-152.
- SCHWARCZ, Lilia. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. In: Afro-Ásia. v. 1, n. 18, 1996, p. 77-101.
- SILVA, Mariza Vieira da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito analfabeto. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni (orgs.) Língua e cidadania: o Português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996, p. 151-162.
- SILVA-FONTANA, Larissa. O discurso do colorismo no Brasil: processos de racialização e genderização nos dizeres da identidade nacional e das mídias negras. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2021.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. In: Conexão Letras. v. 12, n. 18, 2017, p. 63-71.

Submissão: maio de 2022.

Aceite: julho de 2022.